

SERVIÇOS DE SAÚDE E AS DIFICULDADES DE ACESSO A PESSOAS TRANSEXUAIS

HEALTH SERVICES AND THE DIFFICULTIES OF ACCESS TO TRANSEXUAL PEOPLE

Beatriz Medrado[†], Paula Galvão¹, & Marcelo Faria¹

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Petrolina-PE, Brasil, bia_bbr@hotmail.com, paula.galrao@univasf.edu.br, marcelo.faria@univasf.edu.br

Resumo: Embora sejam conquistas obtidas a partir da Constituição Federal de 1988, com a institucionalização da saúde enquanto dever do Estado e direito do cidadão, ainda são observadas situações de exclusão aos serviços de saúde para algumas populações. Objetivou-se identificar os principais desafios enfrentados pela população transexual no acesso e utilização aos serviços de saúde. Trata-se de uma revisão de literatura, realizada nos meses de fevereiro e março de 2020, utilizando as bases de dados SCIELO, LILACS e MEDLINE, avaliando publicações nos idiomas português, inglês e espanhol, compreendidas entre os anos de 2016 e 2020. Devido ao processo de marginalização e discriminação nos serviços de saúde, a busca por atendimento e assistência nestes serviços, pela população transexual, se mostra reduzida, o que implica no afastamento desta clientela, e contribui para que os mesmos gerenciem os “cuidados” com seu próprio corpo, reduzindo a chance dos serviços de saúde realizarem ações de forma preventiva e educacional. Embora tenham sido encontrados vários estudos com a temática, faz-se necessário mencionar que a maioria trata de questões da população trans relacionadas ao processo de cirurgia de redesignação sexual e ao HIV/Aids, limitando ou, até mesmo, excluindo conceitos e situações relacionadas ao acesso aos serviços de saúde de modo geral, e de reconhecimento social.

Palavras-Chave: Transexual; Acesso aos serviços de saúde; Minorias sexuais e de gênero

Abstract: Although they are achievements obtained from the Federal Constitution of 1988, with the institutionalization of health as a duty of the State and a citizen's right, situations of exclusion from health services are still observed for some populations. The objective was to identify the main challenges faced by the transsexual population in accessing and using health services. This is a literature review, carried out in the months of February and March 2020, using the databases SCIELO, LILACS and MEDLINE, evaluating publications in Portuguese, English and Spanish, between the years 2016 and 2020. Due to the process of marginalization and discrimination in health services, the search for care and assistance in these services, by the transsexual population, is reduced, which implies the removal of this clientele, and contributes to them managing the “care” with their body. Such an attitude reduces the chance of health services to carry out preventive and educational actions with this population. Although several studies with the theme have been found, it is necessary to analyze that the majority deals with issues of the trans population related to the process of sexual

[†]Morada de Correspondência: Avenida José de Sá de Maniçoba, s/n, Centro, Petrolina, Pernambuco, Brasil.

Submetido: 10 de junho de 2020

Aceite: 22 de novembro de 2022

reassignment surgery and HIV / AIDS, limiting or even excluding concepts and situations related to access to health services in general, and social recognition.

Keywords: Transsexual; Access to health services; Sexual and gender minorities

Mesmo diante da conquista brasileira, obtida a partir da Constituição Federal de 1988, e reflexo do Movimento de Reforma Sanitária, onde a saúde tornou-se dever do Estado e direito do cidadão, o acesso aos serviços de saúde ainda tem se marcado como excludente para algumas populações. Enquanto sistema universal, integral e equitativo, o Sistema Único de Saúde (SUS) está envolvido em contexto peculiar, em relação às minorias sexuais e de gênero e o grau de vulnerabilidade à saúde a qual está população está inserida (Negreiros et al., 2019). Diante de tais circunstâncias e neste contexto de vulnerabilidade em saúde, as minorias sexuais têm chances mais elevadas de adoecimento em decorrência de fatores individuais, coletivos e contextuais, que influenciam, em maior ou menor grau, a chance de adoecimento do indivíduo, seja de forma física ou psíquica (Ferreira et al., 2018).

Albuquerque et al., (2016) enfatizam que essas minorias sexuais têm dificuldades quanto ao acesso aos serviços de saúde, em virtude, principalmente, de ações heteronormativas de profissionais da saúde, ou seja, atendimentos preconceituosos e discriminatórios. E afirmam que, para haver reforço na qualidade do atendimento, é necessário que haja relação entre usuários e serviços de saúde.

Dentre as populações que rotineiramente enfrentam dificuldades de acesso aos serviços de saúde, incluindo o público lésbica, gay, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), estas duas últimas categorias (trans) correspondem a parcela da população que encontram-se como os que mais se deparam com entraves, desde a atenção básica aos procedimentos de alta complexidade, até a garantia de promoção, proteção e recuperação da saúde (Rocon et al., 2020). Ressalta-se que, quando a população trans consegue acesso aos serviços de saúde, ainda sofrem com a segregação social e o direcionamento a serviços específicos, principalmente, aos centros especializados para o processo transexualizador. Muito, em virtude destes centros especializados serem locais onde encontra-se profissionais capacitados na assistência a essa população e em questões relativas à identidade de gênero. Desta forma, causa restrições para que a população trans tenha acesso a questões de saúde relacionadas com a promoção e proteção da saúde integral nas demais instâncias de saúde, como a atenção básica, onde quase não se vê as minorias sexuais, mesmo sendo a atenção básica (o local de maior permanência do usuário) a porta de entrada dos serviços de saúde (Silva et al., 2017).

Faz-se necessário ressaltar que o Processo Transexualizador (PT) é um procedimento cirúrgico de redesignação sexual, que visa à mudança de sexo (transexualizadora), ou seja, a modificação de seus corpos conforme sua identidade de gênero, para a resolução da inconformidade física das pessoas transexuais (Ministério da Saúde, 2013). No entanto, as questões de saúde da população transexual são diversas e perpassam diversos fatores e condições, sendo que o processo transexualizador nem sempre é primordial ou condição definidora, em muitos casos, torna-se apenas uma parte das demandas desta população (Silva et al., 2017)

Mesmo sendo hoje, depois de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em março de 2018, um momento em que a população transexual conseguiu angariar o direito a alterar o nome no registro civil sem antes ter que realizar a cirurgia de redesignação sexual, eles ainda se constituem um grupo que não apenas possui carência de inúmeros direitos sociais básicos, mas que são vistos pela nossa sociedade como seres descartáveis, invisíveis. Isso diante de um quadro de negação não apenas dos direitos constitucionais, mas também humanos, que excluem, violam direitos e adoecem psicologicamente a população transexual.

Baseado neste contexto, existe a necessidade de movimentos e ações que reforcem as Portarias instituídas pelo Ministério da Saúde brasileiro, para garantir direitos e serviços de saúde específicos à população LGBT, de forma universal e igualitária e, conseqüentemente, maior visibilidade e respeito. Assim, o objetivo desta pesquisa foi identificar os principais desafios enfrentados pela população transexual no acesso e utilização dos serviços de saúde, destacando sua relevância à medida que é um tema amplamente discutido, no que tange às questões sociais, às ações e acesso à saúde, bem como pelas questões éticas, políticas e culturais envolvidas.

Processo histórico

No Brasil, as políticas direcionadas a área da saúde são oriundas de diversos movimentos, e quando ligados a movimentos de minorias sexuais e de gênero, a exemplo, dos movimentos de lésbica, gay, bissexual e transexual (LGBT), tornam-se fundamentais na defesa de direitos sexuais e da pluralidade das identidades de gênero (Gomes et al., 2018). Criado em 2004, o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra a população LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual do Brasil Sem Homofobia, tornou-se importante marco no campo das políticas públicas para as minorias sexuais e de gênero, com ampla participação da sociedade civil, sendo precursor na busca pela integridade da saúde dessa população, por meio de diretrizes ao combate à violência, discriminação e respeito às especificidades e promoção da cidadania (Ministério da Saúde, 2004).

Ratificando a proposta do sistema de saúde, buscando promover inclusão e reduzir as desigualdades de acesso de minorias populacionais, como é o caso do grupo LGBT, em 2011, foi instituída pelo Ministério da Saúde - através da Portaria nº 2.836 - a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, reafirmando as necessidades desta população invisível e violentada em seus direitos. Esta política tem por objetivos, assegurar o respeito às diferenças, diminuir o preconceito institucional, fomentar o acesso aos serviços de saúde, garantir assistência eficiente e de qualidade através da promoção de iniciativas voltadas a redução de danos, além de garantir o uso do nome social (Ministério da Saúde, 2013).

Destaca-se que as políticas de saúde direcionadas às minorias sexuais foram construídas e estimuladas de forma compartilhada com os movimentos sociais, de modo que foi a partir das demandas destas populações e grupos organizados, que se começou a considerar e a analisar as necessidades específicas deste grupo, dentre elas, o acesso aos serviços de saúde (Negreiros et al., 2019). Apesar dos avanços e conquistas observados, são identificadas as diversas dificuldades enfrentadas pela população LGBT no acesso aos serviços de saúde, decorrentes de comportamentos discriminatórios e prejudiciais adotados, na maioria das vezes, pelos próprios profissionais de saúde.

Pessoas transexuais

Inserida nas temáticas centrais de diversos debates políticos, biomédicos, sociais e antropológicos, a sexualidade tem no eixo central de suas discussões os processos discriminatórios e de exclusão. Na área da saúde, relata-se também processos de discriminação e exclusão, com ênfase às minorias sexuais e de gênero, principalmente no que se refere à assistência e o acesso aos serviços de saúde (Ferreira et al., 2018).

Identidades travesti e transexual são incluídas entre os transgêneros, correspondendo às pessoas cuja identidade e expressão de gênero não equivalem ao sexo do nascimento. Esta expressão difere do entendimento relativo à orientação sexual, que se relaciona há quem se direciona o desejo sexual.

Isso quer dizer que, a pessoa transexual pode ter desejo sexual variado, indo desde pessoas do mesmo sexo, do outro sexo, ou ainda de pessoas trans (Gomes et al., 2018).

Sampaio e Germano (2017) enfatizam que a população travesti e transexual é reconhecida por corromper a heterossexualidade compulsória, assim como padrões de masculinidade e feminilidade, e que, pelas suas características, são identificados entre os grupos que mais sofrem preconceitos. Mesmo após a implantação de políticas públicas direcionadas à esta população, historicamente, ainda encaram situações de exclusão e falta de acesso aos serviços de saúde. Pereira e Chazan (2019) afirmam que a população trans, formada por transexuais, travestis e trangêneros, representam, dentre a população LGBT, a parcela com menor visibilidade, no Brasil e no mundo. Com isto, a população trans enfrenta diversas barreiras, e no sistema de saúde não é diferente. Desta maneira, as desigualdades de acesso atrasam e impedem os cuidados em saúde, decorrentes de discriminação e, assédio nos serviços de saúde e negação de atendimento. Sorlie (2018) corrobora em seu estudo, realizado na Noruega, que pessoas trans sofrem desafios no acesso aos cuidados de saúde em todo o mundo e um dos problemas que reforçam essa condição está relacionado a falha em reconhecer os cuidados de saúde dessas minorias, como questão de direitos humanos.

Associada às dificuldades no acesso aos serviços de saúde e as ações discriminatórias dos profissionais de saúde, as minorias sexuais ainda estão sujeitas (e mais susceptíveis) a diversas condições e problemas de saúde pública, como o abuso de álcool, tabaco, drogas ilícitas, bem como obesidade, doenças mentais, infecções sexualmente transmissíveis (IST), entre outras comorbidades (Albuquerque et al., 2016). Tais cenários levam a reflexões críticas acerca das dificuldades que essas minorias sociais são impostas, o que reforça a necessidade da realização de estudos que possam investigar e alcançar políticas efetivas direcionadas a essa população.

MÉTODO

Trata-se de uma de revisão de literatura, realizada nos meses de fevereiro e março de 2020, organizada e realizada seguindo os seguintes passos: a) levantamento bibliográfico nas bases de dados eletrônicas da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), entre os anos de 2016 e 2020. Os descritores ou palavras-chaves utilizados na pesquisa foram obtidas através da consulta aos Descritores em Ciência da Saúde – DeCS, sendo “transexuais”, “acesso aos serviços de saúde” e “minorias sexuais e de gênero”. Na busca, foi aplicado: a) o filtro de idioma (português, inglês e espanhol); b) leitura dos títulos e resumos do material e separação do material que correspondia a temática proposta; c) leitura na íntegra do material selecionado; d) organização dos artigos que atendem aos critérios de inclusão e exclusão; e) formulação de banco de dados contendo o material selecionado; e) compilação de dados e informações e escrita da revisão bibliográfica.

No banco de dados da SciELO foram encontrados 166 estudos, utilizando os descritores em associação. Após filtro de idioma e período, restaram 101 publicações, das quais, após leitura títulos e resumos e atendimento dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 7 publicações.

Na plataforma da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), de acordo com a combinação dos descritores: transexuais, acesso aos serviços de saúde e minorias sexuais e de gênero, foram encontrados 145 estudos. Após aplicar os filtros de idioma e período, restaram 141 publicações, sendo 129 no banco de dados da MEDLINE; e 12 no banco da LILACS. Após leitura dos títulos e resumos, foram descartados 131 estudos, por se fazerem divergentes com o objetivo deste trabalho e/ou estarem repetidos, restando apenas 10 artigos.

Foram excluídos os artigos publicados em anos anteriores a 2016, que não se relacionavam com o tema; e que não tinham relação com a questão norteadora.

RESULTADOS

Nesse processo de seleção, foram encontradas 311 publicações, as quais, após leitura de título e resumo, foram removidos 294 artigos, por não estarem especificamente dentro da temática e critérios de avaliação do estudo, ao final, foram analisados 17 artigos. Considerando os 17 artigos analisados e selecionados durante a revisão de literatura, um foi publicado no ano de 2016, cinco em 2017, quatro em 2018, seis em 2019 e um em 2020. As situações citadas acima estão expostas na Figura 1, organizadas conforme os anos de publicação.

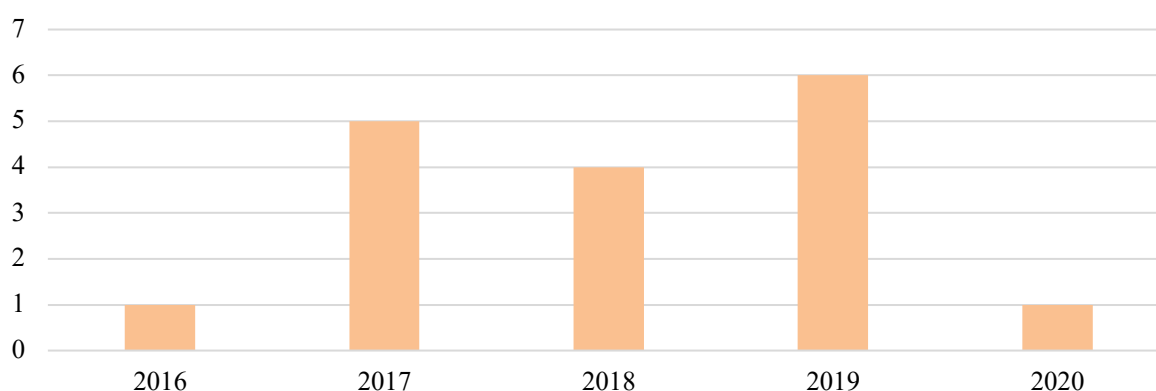


Figura 1. Número de publicações sobre acesso aos serviços de saúde por pessoas transexuais e minorias sexuais e de gênero, no período de 2016-2020.

Foi localizada maior concentração nas palavras-chave: a) acesso aos serviços de saúde; b) transgêneros; c) direito à saúde; d) minorias sexuais e de gêneros.

O estudo selecionou os principais fatos encontrados nos artigos em relação ao acesso aos serviços de saúde pelas minorias sexuais e de gênero, com ênfase às pessoas transexuais, que identificam a dificuldade de acesso, como também processos de preconceito, discriminação, abnegação de direitos, entre outros. Assim, no Quadro 1, estão destacadas as principais vertentes de identificação dos artigos avaliados, destacando o título da publicação, os autores e ano, tipo de pesquisa e palavra-chave.

Corroborando com a pesquisa de Gomes et al. (2018), Pereira e Chazan (2019), percebeu-se que, nas pesquisas científicas brasileiras, boa parte das publicações relacionadas ao público trans está direcionada e com foco em questões sobre HIV/Aids, seguido pelo tema da violência e questões consequentes. Isto demonstra que, mesmo após anos de estudos, lutas e apesar de esforços na construção de políticas públicas e movimentos sociais, as minorias sexuais e de gênero são, na maioria das vezes, estereotipadas e relacionadas às doenças sexualmente transmissíveis, além de reforçar que, no Brasil, ao longo do tempo, o único aspecto da saúde LGBT que é monitorado sistematicamente são os dados sobre HIV e Aids. Estes aspectos, de certa forma, geram consequências negativas e alertam à gravidade das condições e acesso aos serviços de saúde.

Moreti-Pires et al., (2019) afirmam que pessoas LGBT sofrem diversas formas de discriminação nos serviços de saúde e, conseqüentemente, essa é uma das causas pelo distanciamento e menor acesso. Ressalta-se que, o preconceito nos serviços de saúde é acentuado às pessoas transexuais, que

enfrentam, além da dificuldade de acesso, outros obstáculos como o uso do nome social, reconhecimento da identidade de gênero, entre outros. Os autores enfatizam, ainda, que a temática de diversidade sexual e de gênero é marginalizada desde o âmbito da educação e formação profissional, à medida que, em todas as ciências da saúde, o tema é pouco abordado.

Quadro 1. Principais dados das publicações sobre acesso aos serviços de saúde por pessoas transexuais e minorias sexuais e de gênero, no período de 2016-2020

Item	Título	Autor, Ano	Tipo de estudo	Palavra-chave
1	Access to health services by lesbian, gay, bisexual, and transgender persons: systematic literature review	Albuquerque et al., 2016	Revisão sistemática	Acessibilidade; homossexualidade; atenção integral à saúde; acesso aos serviços de saúde.
2	Medindo a saúde de uma população invisível: lições da pesquisa de saúde de transgêneros do Colorado	Christian et al., 2018	Inquérito	Acesso aos cuidados; saúde da comunidade; competência cultural; disparidades; comportamento de saúde; transgêneros; populações mal.
3	Diversidade de gênero e acesso ao Sistema único de Saúde	Ferreira et al., 2018	Pesquisa exploratória, qualitativa	Minorias Sexuais; acesso aos serviços de saúde; assistência à saúde.
4	Health care availability, quality, and unmet need: a comparison of transgender and cisgender residents of Ontario, Canada	Giblon & Bauer, 2017	Pesquisa quantitativa	Transgêneros; serviços de saúde; disparidades; desigualdades.
5	Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde	Gomes et al., 2018	Ensaio	Gênero; direitos sexuais; saúde.
6	Barriers to Care Among Transgender and Gender Nonconforming Adults	Gonzales & Henning-Smith, 2017	Investigação quantitativa, transversal	Transgêneros; barreiras aos cuidados; saúde LGBT.
7	Características do uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro	Kruger et al., 2019	Epidemiológico Transversal	Pessoas transgênero; hormônios; corpo; acesso aos serviços de saúde.
8	Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero entre Estudantes de Medicina de 1º ao 8º Semestre de um Curso da Região Sul do Brasil	Moretti-Pires et al., 2019	Investigação quantitativa, transversal	Preconceito; educação médica; gênero e saúde; homossexualidade; estudantes.
9	Lutando por acesso: disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde para as pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais na África do Sul	Muller, 2017	Pesquisa qualitativa	Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros; orientação sexual; identidade de gênero; direito à saúde; acesso aos cuidados de saúde; discriminação.
10	Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: da Formação Médica à Atuação Profissional	Negreiros et al., 2019	Exploratória e descritiva, qualitativa	Educação médica; atenção básica; minorias sexuais.
11	Acesso de lésbicas, gays, bissexuais e travestis/transsexuais às Unidades Básicas de Saúde da Família	Oliveira et al., 2018	Pesquisa qualitativa	Acesso aos serviços de saúde; saúde da família; minorias sexuais e de gênero.
12	O direito a saúde de pessoas trans* no Distrito Federal: entre o direito de existir e o direito a equidade	Oliveira et al., 2019	Pesquisa qualitativa	Pessoas transgênero; minorias sexuais e de gênero; direito à saúde; ativismo político.
13	O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa	Pereira & Chazan, 2019	Revisão integrativa	Acesso aos Serviços de Saúde; Atenção Primária à Saúde; Pessoas Transgênero; Medicina de Família e Comunidade.
14	Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa	Rocon et al., 2020	Revisão integrativa	Revisão integrativa; acesso à saúde; travesti; transexual.
15	“Tudo é sempre muito!”: produção de saúde entre travestis e transexuais.	Sampaio Germano, 2017	Exploratória, descritiva, qualitativa	Saúde; corpo; gênero; travesti; transexuais.

16	Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais	Silva et al., 2017	Ensaio Teórico	Pessoas transgêneros; identidade de gênero; integralidade em saúde.
17	O direito à saúde de trans-específicos na Noruega: Compreendendo a saúde e necessidades de pessoas transgênero	Sorlie, 2018	Pesquisa qualitativa	Direito à saúde; cuidados de saúde necessários; transgêneros; cuidados de saúde.

Pessoas trans possuem “marcadores” que as relacionam e identificam apenas em relação a sua identidade de gênero, embora estudos reforcem que esta população minoritária reivindica, entre outras coisas, o reconhecimento social e respeito a sua identidade (Kruger et al., 2019).. Quando se têm acesso aos serviços de saúde, este ocorre de forma limitada e repleto de situações de intolerância, constrangimentos, posicionamentos antiéticos e excludentes, de despreparo dos profissionais, pela falta de conhecimento sobre identidade ou expressão de gênero e orientação sexual, aliados ao descaso e ignorância (Oliveira et al., 2018).

Reforçando essa cadeia de marginalização e vulnerabilidade social a que essas minorias sexuais e de gênero estão inseridas, estudos evidenciam que o despreparo profissional é parte preponderante para que essas práticas ocorram. Pereira e Chazan (2019) afirmam que, para que todo serviço de saúde possa garantir acesso, trabalhar na redução de risco, preconceito, discriminação, e que possa haver a inclusão dessa população, é preciso que os profissionais de saúde estejam capacitados para cuidar de pessoas trans. Observou-se neste estudo que, em relação às pessoas transexuais de todo o mundo, ainda existem diversas barreiras de acesso, das quais ocasionam situações de vulnerabilidade, discriminação, e falta de reconhecimento, mesmo que existam políticas de inclusão destas minorias.

DISCUSSÃO

Estudos apontam que os principais desafios à garantia do acesso universal ao SUS, pela população trans são: a discriminação nos serviços de saúde, a patologização da transexualidade, acolhimento inadequado, a qualificação dos profissionais, a escassez de recursos para financiamento do processo transexualizador, políticas de promoção e respeito às identidades de gênero trans, dentre outras (Rocon et al., 2020).

Esses dados tornam-se evidentes também em outros países, a exemplo da África do Sul, destacando que pessoas que se identificam como LGBT enfrentam numerosos desafios no acesso aos serviços de saúde, pautados por questões atribuídas desde a falta de recursos até processos discriminatórios e de acessibilidade dos cuidados, tornando-se grande desafio (Muller, 2017). Essa dimensão e percepção foi apontada em diversos estudos, onde percebe-se a extensão da vulnerabilidade a qual essa população está inserida.

Fruto de processos de marginalização e discriminação nos serviços de saúde, a busca por atendimento e assistência nos serviços de saúde pela população transexual se mostra reduzida, o que implica no afastamento desta clientela, e contribui para que os mesmos gerenciem os “cuidados” com seu corpo, o que reduz a chance dos serviços de saúde de realizar ações de forma preventiva e educacional (Albuquerque et al., 2016). Ainda, são evidenciadas disparidades nos cuidados e acesso aos serviços de saúde de pessoas transgêneros (aquelas pessoas cujas identidades de gênero não correspondem ao sexo do nascimento) em relação a população cisgênero (são os indivíduos que se identificam, em todos os aspectos, com o sexo atribuído no nascimento), reforçando processos de transfobia e discriminação para com essas minorias sexuais e, conseqüentemente, a evasão dos cuidados e serviços de saúde (Giblon & Bauer, 2017).

Christian et al. (2018) afirmam que a não inclusão dessa população nos serviços de saúde deletam, sistematicamente, a existência dos indivíduos transexuais do discurso de cuidados de saúde. Reforçando essa prerrogativa, Oliveira et al., (2019) afirmam que a população trans exerce a busca por ser reconhecida como sujeitos de direito, tanto no que tange aos aspectos relacionados a saúde e direitos humanos básicos, quanto a própria noção de existir, ou seja, se fazer visíveis e reconhecidos, tendo em vista que a sociedade ainda considera como normal as formas binárias de gênero e sexualidade, o ser homem ou mulher, endossando os conceitos de cisgeneridade e heterossexualidade. Consequentemente, levam essas minorias sexuais e de gênero a situações de preconceito, violência e negligência perante os demais. Diante do exposto, percebe-se que, embora existam leis e diretrizes no âmbito social e da saúde, ainda são necessários diversos ajustes. Na perspectiva do sistema de saúde no Brasil, para que o SUS possa funcionar seguindo suas diretrizes e princípios, a desigualdade de acesso deve ser resolvida, uma vez que é um dos principais problemas enfrentados por essa população. E para que o acesso se torne integral e equitativo, é necessário ampliar o debate sobre a temática em diversos espaços da sociedade.


Embora tenham sido encontrados vários estudos sobre a temática em questão, faz-se necessário analisar que a maioria trata de questões da população trans relacionadas ao processo de cirurgia de redesignação sexual e ao HIV/Aids, limitando ou até excluindo conceitos e situações relacionadas ao acesso aos serviços de saúde e de reconhecimento social.


Ao fim da análise dos estudos sobre o tema, torna-se necessário reforçar medidas para garantir ampliação e utilização dos serviços de saúde pelo público LGBT, com prestação de serviços de qualidade, acompanhamento e aplicação da legislação, além da introdução desta temática nos currículos educacionais de profissionais de saúde, levando em consideração a saúde, questões éticas, políticas, sociais e o contexto cultural a que estão inseridos. O acesso aos serviços de saúde deve ocorrer de forma ampla, respeitando as diversidades, e que requer competência na aceitação cultural e da identidade de gênero das pessoas, considerando as diversas necessidades de saúde. Momentos e ações voltadas para reflexão contínua sobre questões que abordem as temáticas acerca das minorias sexuais e de gênero, com ênfase aos aspectos sanitários, são importantes para ampliação de acesso, reconhecimento e respeito à identidade.


AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo concedida para auxiliar na realização do mestrado, junto ao Programa de Pós-Graduação Ciências da Saúde e Biológicas da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

ORCID

Beatriz Medrado  <https://orcid.org/0000-0003-4666-5158>

Paula Galvão  <https://orcid.org/0000-0002-9259-0006>

Marcelo Faria  <https://orcid.org/0000-0002-3558-9842>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Beatriz Medrado: Concetualização, Curadoria dos dados, Redação – revisão e edição, Análise formal, Investigação, Administração do projeto, Visualização e Redação do rascunho original

Paula Galrão: Redação – revisão e edição, Análise formal, Recursos e Validação

Marcelo Faria: Concetualização, Curadoria dos dados, Redação – revisão e edição, Análise formal, Recursos e Validação, Supervisão

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, G. A., Garcia, C. L., Quirino, G. S., Alves, M. J. H., Belém, J. M., Figueiredo, F. W. S., Paiva, L. S., do Nascimento, V.B., Maciel, É. S., Valenti, V. E., Adami, L. C. A. F. (2016). Access to health services by lesbian, gay, bisexual, and transgender persons: systematic literature review. *BMC international health and human rights*, 16 (2). <https://doi.org/10.1186/s12914-015-0072-9>
- Ministério da Saúde. (2013). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília.
- Ministério da Saúde. (2004). Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília, DF.
- Christian, R., Mellies, A. A., Bui, A. G., Lee, R., Kattari, L., & Gray, C. (2018). Measuring the Health of an Invisible Population: Lessons from the Colorado Transgender Health Survey. *Journal of General Internal Medicine*, 33(10), 1654–1660. <https://doi.org/10.1007/s11606-018-4450-6>
- Ferreira, B. O., Pedrosa, J. I. S., & Nascimento, E. F. (2018). Diversidade de gênero e acesso ao Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira Promoção Saúde*, 31(1), 1 – 10. <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.6726>
- Giblon, R., & Bauer, G. R. (2017). Health care availability, quality, and unmet need: a comparison of transgender and cisgender residents of Ontario, Canada. *BMC health services research*, 17(1), 283. <https://doi.org/10.1186/s12913-017-2226-z>
- Gomes, R., Murta, D., Facchini, R., & Menenghel, S. N. (2018). Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6), 1997-2006. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04872018>
- Kruger, A., Sperandei, S., Bermudez, X. P. C. D., & Merchán-Hamann, E. (2019). Características do uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 22(Suppl. 1), e190004. <https://doi.org/10.1590/1980-549720190004.supl.1>
- Moretti-Pires, R. O., Guadagnin, L. I., Tesser-Júnior, Z. C., Campos, D. A., & Turatti, B. O. (2019). Preconceito contra diversidade sexual e de gênero entre estudantes de medicina de 1º ao 8º semestre de um curso da região sul do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 43(Suppl. 1), 557-567. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190076>
- Müller A. (2017). Scrambling for access: availability, accessibility, acceptability and quality of healthcare for lesbian, gay, bisexual and transgender people in South Africa. *BMC International Health and Human Rights*, 17(1), 16. <https://doi.org/10.1186/s12914-017-0124-4>

- Negreiros, F. R. N., Ferreira, B. O., Freitas, D. N., Pedrosa, J. I. S., & Nascimento, E. F. (2019). Saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: da Formação médica à atuação profissional. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 43 (1), 23-31. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20180075>
- Oliveira, B. P., Silva, M. A. S., & Souza, M. S. (2019). O direito à saúde de pessoas trans* no Distrito Federal: entre o direito de existir e o direito à equidade. *Cadernos Ibero-americanos de Direito Sanitário*, 8(1), 163. <https://doi.org/10.17566/ciads.v8i1.502>
- Oliveira, G. S., Nogueira, J. A., Costa, G. P. O., Silva, F. V., Almeida, S. A. (2018). Access by lesbians, gays, bisexuals and transvestites/transsexuals to the Basic Family Health Units. *Revista Rene*, 19, e3295. <https://doi.org/10.15253/2175-6783.2018193295>
- Pereira, L.B.C., & Chazan, A.C.S. (2019). O Acesso das pessoas transexuais e travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Medicina Família e Comunidade*, 14(41), 1795. [https://doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1795](https://doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1795)
- Rocon, P. C., Wandekoken, K. D., Barros, M. E. B., Duarte, M. J. O. D., & Sodré, F. (2020). Acesso à saúde pela população trans no brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trabalho, Educação e saúde*, 18(1), e0023469. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00234>
- Sampaio, J. V., & Germano, I. M. P. (2017). “Tudo é sempre de muito!”: produção de saúde entre travestis e transexuais. *Revista Estudos Feministas*, 25(2), 453-472. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p453>
- Silva, L. K. M. da, Silva, A. L. M. A., Coelho, A. A., & Martiniano, C. S. (2017). Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(3), 835-846. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300023>
- Sorlie, A. (2018). The right to trans-specific healthcare in Norway: Understanding the health needs of transgender people. *Medical Law Review*, 27(2), 295–317. <https://doi.org/10.1093/medlaw/fwy029>